

INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA SOBRE MULHERES DOCENTES: uma revisão integrativa

Lívia de Rezende Cardoso
André Luiz França Alves
Kewin Leonardo Santana Costa

Resumo

Neste artigo, partindo das contribuições do feminismo negro e do feminismo decolonial, discutimos a interseccionalidade nas produções em educação nos últimos dez anos, tendo como eixo analítico a pesquisa sobre mulheres docentes, problematizando tanto as invisibilidades quanto as possibilidades de reconfiguração epistemológica que emergem quando se entrelaçam gênero, raça e outros marcadores na investigação em educação. Estruturou-se como questão norteadora desta pesquisa: Como o conceito de interseccionalidade vem sendo mobilizado em estudos sobre mulheres docentes no contexto das pesquisas em educação e formação docente? O método de pesquisa utilizado foi a revisão integrativa da literatura. Tal método permite reunir e investigar estudos importantes a partir de bases de dados de modo sistemático e ordenado, contribuindo para o aprofundamento e prospecção do conhecimento em análise para subsidiar posteriores práticas de pesquisa. A busca de estudos ocorreu no período de junho de 2026 nas seguintes bases de dados: *Web of Science* (WOS) e a biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A partir da busca nas bases de dados, aplicados os critérios inclusão de idioma e a leitura na íntegra, identificou-se um total de 20 estudos. Os estudos incluídos apresentaram diversidade quanto ao periódico de publicação, base de dados de origem, ano, país, abordagem metodológica e objetivos de investigação. Em termos analíticos, observou-se que a interseccionalidade foi mobilizada não apenas como categoria descritiva, mas como ferramenta crítica para evidenciar desigualdades, processos de invisibilização e condições de precarização vividas por mulheres docentes em diferentes contextos educativo.

Palavras-chave: interseccionalidade; docência; mulheres.

INTERSECTIONALITY IN RESEARCH ON FEMALE TEACHERS: an integrative review

Abstract

In this article, drawing on contributions from Black feminism and decolonial feminism, we discuss intersectionality in educational research over the last ten years, focusing on research on female teachers. We problematize both the invisibilities and the possibilities for epistemological reconfiguration that emerge when gender, race, and other markers intertwine in educational research. The guiding question of this research was: How has the concept of intersectionality been mobilized in studies on female teachers within the context of educational research and teacher training? The research method used was an integrative literature review, which allowed for the systematic and ordered analysis of relevant studies, contributing to a deeper understanding of the investigated topic to support subsequent decision-making and research practice. The search for studies took place in June 2026 in the following databases: Web of Science (WOS) and the Scientific Electronic Library Online (SciELO). Based on a search of the databases, applying the inclusion criteria of language and full-text reading, a total of 20 studies were identified. The included studies presented diversity regarding the journal of publication, database of origin, year, country, methodological approach, and research objectives. In analytical terms, it was observed that intersectionality was mobilized

not only as a descriptive category, but also as a critical tool to highlight inequalities, processes of invisibility, and precarious conditions experienced by female teachers in different educational contexts.

Keywords: intersectionality; teaching; women.

INTERSECCIONALIDADE NA INVESTIGAÇÃO SOBRE MULHERES DOCENTES: uma revisão integradora

Resumen

En este artículo, basándonos en las contribuciones del feminismo negro y el feminismo decolonial, analizamos la interseccionalidad en la investigación educativa de los últimos diez años, centrándonos en la investigación sobre mujeres docentes. Problematicamos tanto las invisibilidades como las posibilidades de reconfiguración epistemológica que surgen cuando el género, la raza y otros marcadores se entrelazan en la investigación educativa. La pregunta que guió esta investigación fue: ¿Cómo se ha movilizado el concepto de interseccionalidad en los estudios sobre mujeres docentes en el contexto de la investigación educativa y la formación docente? El método de investigación utilizado fue una revisión integradora de la literatura, que permitió el análisis sistemático y ordenado de los estudios relevantes, contribuyendo a una comprensión más profunda del tema investigado para apoyar la toma de decisiones y la práctica de la investigación posteriores. La búsqueda de estudios se realizó en junio de 2026 en las siguientes bases de datos: Web of Science (WOS) y Scientific Electronic Library Online (SciELO). Con base en una búsqueda en las bases de datos, aplicando los criterios de inclusión de idioma y lectura de texto completo, se identificaron un total de 20 estudios. Los estudios incluidos presentaron diversidad en cuanto a la revista de publicación, la base de datos de origen, el año, el país, el enfoque metodológico y los objetivos de investigación. En términos analíticos, se observó que la interseccionalidad se movilizó no solo como una categoría descriptiva, sino también como una herramienta crítica para visibilizar las desigualdades, los procesos de invisibilidad y las condiciones precarias que experimentan las docentes en diferentes contextos educativos.

Palabras clave: interseccionalidad; enseñanza; mujeres.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade tem se consolidado como uma ferramenta analítica incontornável para compreender os modos pelos quais diferentes eixos de opressão, tais como raça, gênero, classe, sexualidade e localização geopolítica, se articulam na produção de subjetividades e hierarquias sociais. Nessa perspectiva, críticas formuladas por autoras do feminismo negro e de perspectivas decoloniais evidenciam os limites de um feminismo hegemônico que universaliza a categoria “mulher”, tomando como norma a experiência de mulheres brancas, burguesas e heterossexuais, suprimindo, conseqüentemente, as formas específicas de violência dirigidas às mulheres racializadas (Carneiro, 2003; hooks, 2019; Lugones, 2020).

Quando ativistas dos direitos civis falam sobre raça, ouvem que também precisam pensar em classe. Quando feministas antirracistas se concentram nos problemas relacionados ao racismo de gênero, ouvem que também devem incluir classe. Portanto [...] ao formular a desigualdade de classe, também deve-se ter em vista raça e gênero. O capital é interseccional. Ele sempre se intersecciona com os corpos que produzem o trabalho. Logo, a acumulação de riqueza está incorporada às estruturas racializadas e generificadas que a potencializam (Zillah, 2014, s/p, tradução nossa).

Ao propor que gênero e raça sejam pensados como “tramados ou fundidos indissolúvelmente”, Lugones (2020, p. 58) argumenta que falar em “mulheres” sem qualificar as diferenças internalizadas por essa categoria implica, muitas vezes, reproduzir um sentido racista de mulher, esvaziado das experiências de mulheres negras, indígenas, pobres e de outros grupos subalternizados. Essa perspectiva, segundo Curiel (2020), se baseia no cruzamento entre diferentes categorias. Assim, por meio de um olhar interseccional, podemos observar aquilo que se perde quando as categorias são tratadas de modo individualizado:

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2020, p. 58-59).

Essa crítica à abstração da categoria “mulher” recoloca a centralidade das experiências concretas das mulheres racializadas, que, ao entrelaçarem os sistemas de opressão, apontam para a diversidade e a complexidade das formas de ser mulher em contextos marcados pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Carneiro, 2003; Lugones, 2020; Curiel, 2020). Ao articular interseccionalidade e decolonialidade, autoras como Curiel (2020) e Barbosa e Pires (2021) mostram que não se trata apenas de acrescentar novas “variáveis” a análises já existentes, mas de questionar as epistemes que naturalizam a modernidade ocidental, o capitalismo e o racismo como horizontes inquestionáveis da produção de conhecimento. A partir desse deslocamento, os feminismos negro e decolonial evidenciam como certas narrativas teóricas e políticas, ao falar “das mulheres” em abstrato, silenciam as brutalidades, explorações e desumanizações impostas historicamente às mulheres racializadas (hooks, 2019; Curiel, 2020; Lugones, 2020).

As experiências vividas pelas mulheres negras enquanto mulheres e negras, por exemplo, diferenciam-se completamente daquelas que constituem o discurso hegemônico sobre a opressão feminina, evidenciando sua incapacidade de abrangê-las (Carneiro, 2003). Ao igualar mulher branca à mulher devido à falta de um olhar interseccional para as particularidades das mulheres, as feministas brancas

não se ocuparam da opressão de gênero de mais ninguém [...] Como não perceberam essas diferenças profundas, não viram nenhuma necessidade de criar coalizões. Assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existente forjado pela sujeição do gênero (Lugones, 2020, p. 73).

No campo da educação, o referencial interseccional e decolonial tem sido mobilizado para tensionar representações, práticas curriculares e políticas públicas que, ainda que formuladas em nome da igualdade, podem reproduzir padrões, homogeneizações e estereótipos que mantêm o homem branco no centro das narrativas. Pesquisas que analisam materiais didáticos à luz da decolonialidade, por exemplo, evidenciam como diferentes formas de colonialidade se manifestam em textos e imagens, oscilando entre avanços e retrocessos na representação de negros/as e indígenas e na articulação entre ciência, diversidade étnico-racial e educação antirracista. Tais estudos demonstram que, mesmo em um contexto de reconfigurações legais e curriculares promovido por dispositivos como as Leis nº 10.639/03, 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, permanecem as disputas em torno de quais corpos, histórias e conhecimentos são legitimados na educação (Caixeta; Arruda, 2023; Costa; Cardoso, 2025).

essa dor se intensifica na medida em que a decolonialidade exige a desconstrução de certezas estabelecidas. Muitas das “verdades” que tomamos como inquestionáveis — sobre progresso, civilização, desenvolvimento, democracia — são, na realidade, produtos de um sistema de poder que beneficia alguns à custa da marginalização de muitos. Repensar essas verdades envolve desestabilizar nosso próprio lugar no mundo, reconhecendo como somos cúmplices da manutenção de um sistema global injusto (Mignolo *et al.*, 2024, p. 93).

Quando deslocamos esse debate para a pesquisa sobre mulheres docentes, a interseccionalidade torna-se igualmente decisiva para evitar que a figura da “professora” seja tratada de modo abstrato, descolada de marcadores, como raça, classe, território e sexualidade. Se, como apontam Lugones (2020) e Curiel (2020), a universalização da categoria “mulher” apaga as violências específicas enfrentadas por mulheres racializadas, o mesmo risco se coloca quando investigações sobre mulheres docentes não interrogam as formas pelas quais colonialidade e racismo estruturam tanto as condições de trabalho quanto as possibilidades de enunciação dessas profissionais (Lugones, 2020; Curiel, 2020; hooks, 2019). Incorporar um olhar interseccional implica reconhecer que as experiências de mulheres docentes não são homogêneas e que, em muitos casos, é precisamente na interseção entre gênero, raça e classe que se atualizam práticas de precarização, silenciamento e resistência (Carneiro, 2003; Barbosa; Pires, 2021).

Neste artigo, partindo das contribuições dos feminismos negro e decolonial, discutimos a interseccionalidade nas produções em educação nos últimos dez anos, tendo como eixo analítico a pesquisa sobre mulheres docentes, problematizando tanto as invisibilidades quanto as possibilidades de reconfiguração epistemológica que emergem quando se entrelaçam gênero, raça e outros marcadores na investigação em educação (Carneiro, 2003; Curiel, 2020; Lugones, 2020; Barbosa; Pires, 2021). Ao tensionar as leituras universalizantes de “mulheres” e “docentes”, buscamos evidenciar como determinadas formas de produzir conhecimento sobre o magistério podem, ainda que involuntariamente, reproduzir a lógica de uma educação colonial domesticadora, ao passo que uma abordagem interseccional e decolonial permite vislumbrar práticas insubmissas e projetos de libertação conjunta (Barbosa; Pires, 2021; Costa, 2024).

Dessa forma, a interseccionalidade é assumida aqui não apenas como categoria descritiva, mas como um compromisso ético-político com a complexidade das experiências de mulheres docentes e com a construção de pesquisas que contribuam para decolonizar a educação. O presente estudo se justifica por seu potencial de evidenciar e de ampliar a compreensão sobre as relações entre docência e interseccionalidade promovidas pelas pesquisas. Para isso, tivemos o objetivo de identificar, a partir da análise de investigações recentes, as contribuições da interseccionalidade para a compreensão das experiências, desigualdades e formas de subjetivação das mulheres docentes, considerando as articulações entre categorias como gênero, raça, classe e deficiência no campo educacional.

Embora existam pesquisas que abordem interseccionalidade e outras sobre docência feminina, ainda são escassas revisões que sistematizem como esse conceito vem sendo mobilizado nas pesquisas em Educação sobre mulheres docentes. Ao analisar criticamente essa produção, este estudo contribui para evidenciar tendências teóricas, lacunas investigativas e possibilidades de fortalecimento de agendas de pesquisa comprometidas com a justiça social, oferecendo subsídios para pesquisas, programas de formação docente e formulação de políticas mais sensíveis às múltiplas formas de desigualdade que atravessam a docência feminina.

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi a revisão integrativa da literatura. Tal método permite reunir e investigar estudos importantes a partir de bases de dados de modo sistemático e ordenado, contribuindo para o aprofundamento e prospecção do conhecimento em análise para subsidiar posteriores práticas de pesquisa. É denominada integrativa, pois fornece informações de modo geral acerca de um tema. Para elaboração desta revisão, é necessária a presença de etapas específicas (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Neste artigo, optou-se por seguir as seguintes etapas: elaboração de uma questão norteadora; Escolha das bases de dados e desenvolvimento da estratégia de pesquisa com base nas palavras-chave e com apoio dos operadores booleanos; Definição explícita dos estudos que irão ser selecionados e os que irão ser excluídos; Delimitação quanto às informações a serem coletadas dos estudos encontrados e selecionados bem como a categorização dos estudos; Análise e avaliação dos achados; Compreensão e interpretação dos resultados; Apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Aquino; Ribeiro; Martins 2021).

Para elaboração da questão do estudo, que mobiliza a busca de palavras-chave em trabalhos relevantes nas bases de dados, utilizou-se os componentes do acrônimo População, Fenômeno de Interesse e Contexto (PICO) considerando-se as recomendações do Joanna Briggs Institute. Para esta pesquisa, definiu-se como População: mulheres docentes; Fenômeno de Interesse: Mobilização do conceito de interseccionalidade; e o Contexto: Estudos acadêmicos sobre mulheres e docência. A partir dessas definições, estruturou-se como questão norteadora: Como o conceito de interseccionalidade vem sendo mobilizado em estudos sobre mulheres docentes no contexto das pesquisas em educação e formação docente?

Para seleção dos estudos que compuseram esta revisão integrativa sobre interseccionalidade e mulheres docentes, postulou-se como critérios de inclusão: estudos originais publicados no período de 2015 a 2026, que abordem mulheres na docência (educação básica, superior e formação docente), independentemente do país de publicação, no idioma português. Como critérios de exclusão: publicações que não estivessem disponíveis na íntegra, não gratuitas, repetidas, notas prévias, artigos de revisão, artigos de opinião, portarias, dissertações e teses.

A busca de estudos ocorreu no período de junho de 2026 nas seguintes bases de dados: *Web of Science* (WOS) e a biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Com vistas na garantia da busca ampla, os artigos foram todos acessados por meio do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para orientar a busca nas bases, utilizou-se estratégias de busca elaboradas a partir da combinação dos descritores controlados e não controlados por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR” (Quadro 1).

Quadro 1. Estratégias de busca de acordo com a base de dados

Estratégias de busca	
WOS	(intersectionality OR intersectional* OR interseccionalidade OR "black feminism" OR "feminismo negro") AND (woman OR women OR female* OR "women teachers" OR "female teachers" OR "women faculty" OR Mulher* OR professoras OR docentes) AND (teacher* OR educators OR "teaching profession" OR "teacher education" OR "formação docente*" OR "trabalho docente*" OR "ensino superior" OR "higher education")
SciELO	(intersectionality OR intersectional* OR interseccionalidade OR interseccional* OR "black feminism" OR "feminismo negro" OR race OR gender OR class) AND (woman OR women OR female* OR teacher* OR educators OR "women teachers" OR mulher* OR professoras OR docentes OR educadoras) AND

	(teaching OR "teacher education" OR "higher education" OR education OR docência OR ensino OR "formação docente*" OR "ensino superior")
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Após tal etapa, os estudos encontrados nas bases de dados foram importados para planilha eletrônica e, para orientar esta revisão, foram seguidas as recomendações inseridas no checklist *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA), gerando um fluxograma de seleção contendo as fases de identificação, seleção e inclusão, bem como o número de artigos inseridos e excluídos (Galvão; Pansani; Harrad, 2015).

Para melhor organização, foi elaborado um quadro, utilizando um editor de texto contendo as seguintes informações: periódico, base de dados, ano de publicação, país de origem, título, natureza metodológica e principais considerações. Para a sistematização dos dados relacionados à mobilização do conceito de interseccionalidade nos estudos sobre mulheres docentes identificados na literatura, foi construído um quadro com as seguintes informações: descrição do estudo (autores, ano, país), concepção de interseccionalidade utilizada, eixos de diferença articulados (gênero, raça, classe, sexualidade, etc.), cenário de pesquisa (educação básica, superior, formação docente, políticas educacionais), e principais contribuições sobre como o conceito é mobilizado na pesquisa sobre mulheres e docência.

A apresentação de maneira concisa das informações relacionadas ao perfil das publicações e o uso dos conceitos são trazidos aqui no corpo do texto, sem os quadros, em atendimento ao limite de caracteres dos artigos. A partir dos quadros, foi realizada uma análise crítica e detalhada dos resultados, apresentando uma síntese e comparação dos estudos que estruturam esta revisão integrativa sobre interseccionalidade e mulheres docentes. Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, o estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, as ideias dos/as autores/as utilizadas no desenvolvimento do estudo foram mantidas, preservando a autoria e os referenciais teóricos originais.

A partir da busca nas bases de dados, aplicados os critérios de inclusão, identificou-se 1.249 publicações selecionadas para leitura de título e/ou resumo. Destas, 40 foram selecionadas para a leitura na íntegra, restando, após a leitura, um total de 20 estudos. O processo de seleção seguiu as etapas previstas no fluxo metodológico, com exclusão de duplicatas, de registros considerados inegíveis pelas ferramentas de busca e de estudos que, após análise de título, resumo e texto completo, não atenderam aos critérios estabelecidos. Desse modo, a amostra final foi constituída por produções que abordavam a interseccionalidade em diálogo com a docência, considerando diferentes contextos educacionais e distintas articulações entre gênero, raça, classe, território e outros marcadores sociais.

RESULTADOS

Os estudos incluídos neste artigo apresentaram diversidade quanto ao periódico de publicação, base de dados de origem, ano, país, abordagem metodológica e objetivos de investigação. Em termos analíticos, observou-se que a interseccionalidade foi mobilizada não apenas como categoria descritiva, mas como ferramenta crítica para evidenciar desigualdades, processos de invisibilização e condições de precarização vividas por mulheres docentes em diferentes contextos educativos. Os 20 artigos analisados abrangem publicações entre 2018 e 2025, majoritariamente brasileiras (apenas um com experiência na África do Sul). A interseccionalidade é mobilizada de formas diversas: como ferramenta analítico-política, como paradigma metodológico, como lente para análise de dados quantitativos e como princípio pedagógico para práticas docentes.

As categorias acionadas com mais frequência foram gênero e raça, seguidas por classe, deficiência, sexualidade, território e geração. Em vez de apresentar evidências isoladas, o estudo permite compreender tendências de uso da interseccionalidade, identificar categorias mais frequentemente mobilizadas e reconhecer lacunas que ainda persistem na produção científica.

Interseccionalidade na docência feminina e desigualdades estruturais

Diversos artigos utilizam a interseccionalidade para descrever e analisar perfis docentes e as desigualdades que os estruturam. O estudo de Xavier e Carvalho (2025) sobre professoras de Física revela que, embora as mulheres representem 42,5% dos/as docentes da disciplina, entre aquelas com formação específica (Licenciatura em Física), a proporção cai para 28,6%. A análise interseccional mostra que gênero e raça se combinam, sendo as mulheres pretas o grupo menos representado.

Atães e Carneiro (2025), analisando docentes do ensino superior, apontam uma estratificação interinstitucional: mulheres estão concentradas em instituições privadas com fins lucrativos e menos intensivas em pesquisa, enquanto homens predominam nas universidades públicas. O estudo também revela que 26,3% dos/as docentes não declararam raça/cor, o que dificulta análises interseccionais mais precisas e indica um processo de exclusão epistêmica.

Cavalcante *et al.* (2025) investigam a produção científica sobre lazer e encontram um equilíbrio numérico (49,51% de participação feminina), mas a interseccionalidade é mencionada como necessidade para pesquisas futuras, pois o estudo não incorpora raça ou classe de forma sistemática. Esse é um limite comum: a análise isolada de gênero sem interseccionalidade pode obscurecer desigualdades mais profundas.

Albuquerque (2025) apresenta a trajetória de Leonor de Castro, mulher negra que teve uma atuação profissional potente, obtendo êxito pessoal e profissional, apesar dos desafios enfrentados, oportunizando conhecimento musical profissionalizante. O artigo destaca a atuação e a importância desta professora para centenas de mulheres no Conservatório de Música do Rio de Janeiro.

Dos Santos Rufino (2024) analisa o impacto do ensino superior na emancipação de mulheres indígenas. A partir do conceito de interseccionalidade, compreendemos como etnia, gênero e classe se combinam. Mulheres indígenas enfrentam não apenas barreiras econômicas e institucionais, mas também o patriarcado enraizado em suas próprias comunidades. O retorno dessas mulheres qualificadas às suas terras fortalece a luta por direitos coletivos e a preservação cultural.

Da Silva e Menezes de Araújo (2018) investigam jovens quilombolas e apontam que mulheres abandonam os estudos por gravidez, trabalho ou falta de apoio, enquanto homens por necessidade de trabalhar. A falta de ensino médio na comunidade e o transporte precário são barreiras adicionais. Interseccionalmente, gênero, raça, classe e território se combinam para produzir desigualdades educacionais específicas.

Interseccionalidade como resistência na formação e na prática docente

Vários estudos qualitativos mobilizam a interseccionalidade para compreender as experiências vividas por mulheres docentes (ou em formação) e seus/suas alunos/as. No campo da formação inicial, Buss e Müller (2024) entrevistam duas estudantes negras de Licenciatura em Física. Elas relatam a ausência de professoras negras, discriminação de gênero (que se expressava nas falas dos professores voltadas apenas para os estudantes homens) e racismo. Uma delas

relembra o desejo de alisar o cabelo na infância, evidenciando como a colonialidade do ser opera sobre os corpos negros. A interseccionalidade permite ver que ser mulher e negra na Física não é a soma de duas opressões, mas uma experiência qualitativamente distinta.

Na docência na Educação Básica, Souza e Pacheco (2025) analisam narrativas de quatro professoras (três negras, uma branca) em uma escola da Bahia. A interseccionalidade é usada para compreender como raça, gênero, classe e sexualidade se entrelaçam. A professora negra Agni relata ter sofrido episódios de racismo na infância e na adolescência devido ao seu cabelo crespo e entender a transição capilar como ato de reconhecimento identitário; a professora branca Princesa nunca sofreu racismo e tem dificuldade para abordar questões raciais. O estudo mostra que a interseccionalidade opera tanto na constituição da identidade docente quanto nas possibilidades de resistência, como no trabalho com a Lei 10.639/03 e em projetos sobre a cultura afro-brasileira.

Alverne, Brito e Maldonado (2024) investigam duas professoras de Educação Física, identificadas pelos pseudônimos Françoise Vergès e Lélia González. A professora Françoise Vergès discorre sobre a experiência com a pesquisa desenvolvida por seus/as alunos/as com as funcionárias da limpeza da escola, mulheres negras e periféricas, em que foi identificado que 40% dos/as alunos/as eram filhos/as de empregadas domésticas, assim como as condições preocupantes vividas por elas. Aqui, a interseccionalidade é usada como ferramenta analítica para planejar e refletir sobre a prática, indo além da transversalidade para tratar raça, gênero e classe como conteúdos centrais.

Corsino *et al.* (2024) também destacam, a partir de um relato autobiográfico docente, a prática pedagógica na Educação Física escolar. De acordo com os/as autores/as, o trabalho com ateliês biográficos fez emergir elementos da realidade e possibilidades envolvendo situações-limites no contexto de desvelamento crítico promovido nas aulas. Tendo a construção de narrativas como dispositivo pedagógico, a interseccionalidade foi utilizada como ferramenta analítica para extrair as linguagens e identidades das juventudes.

Melo e Souza (2025) analisam como a questão racial se mostrou na prática pedagógica para além dos conteúdos escolares, com discussões que envolvem o debate racial em relação à superação dos preconceitos, como meio de suplantar a negação e o silenciamento que trazem consequências à constituição do ser dos/as alunos/as. Além disso, evidenciaram práticas pedagógicas que promovem uma visão positiva do/a negro/a e de suas contribuições, saberes, lutas e resistências.

O trabalho de Souza e Silva (2025), realizado na Cidade do Cabo, África do Sul, articula um conjunto de experiências em diferentes contextos e espaços formativos, como um curso de formação de professores/as e em um projeto internacional que envolveu escolas da Educação Básica, para pensar leituras de mundo interseccionais. Elas relatam que as experiências produziram “um olhar para si e para o outro, um pensar a escola como lugar em que também se aprende a questionar as coisas do mundo, a acolher outras perspectivas sem necessidade de embate” (Souza; Silva, 2025, p. 19).

A partir de grupos de discussão e da abordagem interseccional, Cintra e Weller (2021) analisaram como o racismo e a discriminação se articulam na construção das relações sociais dentro e fora da escola. A pesquisa indicou que os marcadores de raça, gênero e classe moldam as experiências vividas dentro e fora do ambiente escolar. Além disso, revelou que a escola silencia e reproduz estruturas de exclusão.

Almeida, Franzolin e Maia (2020) apresentam uma experiência envolvendo um projeto de extensão desenvolvido por duas professoras mediadoras para pensar uma sequência didática que aborde, com um olhar interseccional, as questões de gênero em aulas de ciências. A partir da investigação, concluiu-se que ocorreu um aumento da participação das meninas nas atividades propostas, graças ao equilíbrio proporcionado na interação entre meninas e meninos, e que as ações

de ensino-aprendizagem de ciências apoiadas nos estudos de gênero podem contribuir para a desconstrução de estereótipos.

Interseccionalidade e educação não formal

O artigo de Silva (2025a) sobre o Faveladoc analisa uma aula *online* com jovens de favelas do Rio de Janeiro, mediada por Joice Lima, uma mulher negra, cientista social. A interseccionalidade é usada como lente pedagógica: Joice discute gênero articulado à militarização, raça e classe, rejeitando a “matriz europeia” dos debates de gênero. Ela utiliza o caso de Cláudia Ferreira (mulher negra assassinada pela polícia) para mostrar como raça e gênero se interseccionam na determinação de quais corpos podem ser mortos. Como resultado, foram percebidas contribuições para que participantes negros desaprendessem normas patriarcais e refletissem sobre a masculinidade negra e para que participantes *queer* desaprendessem a LGBTQI+ fobia internalizada. Assim, o estudo mostra como a interseccionalidade pode operar como metodologia pedagógica em contextos de precariedade.

Queiroz, Leite e Nascimento (2025) utilizam o Círculo de Cultura com mulheres quilombolas. A interseccionalidade é articulada à determinação social da saúde mental para investigar as condições de produção de sua saúde mental. As mulheres relataram violências que articulam diferentes marcadores de modo interseccional: situações de racismo na escola, relações inter-raciais marcadas por objetificação sexual do corpo feminino negro e o desejo de embranquecer. Diante disso, o estudo mostra como a interseccionalidade pode ser usada em pesquisas participativas para fortalecer práticas coletivas de resistência.

Interseccionalidade e deficiência

O artigo de Santos (2025) foca em professores/as de Educação Física com deficiência física. A interseccionalidade é operada como ferramenta para mostrar como a deficiência interage com gênero, raça e classe. Percebeu-se que professoras com deficiência enfrentam preconceito estético (corpolatria) e o questionamento de sua competência não por habilidades, mas pela aparência. O estudo destaca que a deficiência não é vivida da mesma forma por homens e mulheres, e que mulheres com deficiência enfrentam barreiras adicionais em campos tradicionalmente masculinos.

Alves, Gonçalves e Freitas (2024) abordam a alfabetização de pessoas surdas na EJA. O conceito de interseccionalidade evidencia como deficiência, classe social, gênero, trabalho e raça atravessam as práticas curriculares. O conto “Circuito Fechado” é utilizado multimodalmente para discutir, por exemplo, sobre a ausência de descarga e bule nas casas dos estudantes (classe), a divisão sexual do trabalho (gênero) e a cor da pele (raça). O estudo mostra que a deficiência não é o único marcador relevante; a surdez se intersecciona com outros eixos que moldam a experiência educacional.

Desafios e contribuições para pensarmos gênero, educação e interseccionalidade

A partir dos 20 artigos, é possível extrair contribuições significativas. A interseccionalidade como ferramenta analítica permitiu desvelar desigualdades que análises monocategoriais não capturam, como a sub-representação de mulheres negras na docência em Física (Xavier; Carvalho, 2025) ou a concentração de mulheres em instituições de ensino menos prestigiadas (Atães; Carneiro, 2025). Por meio do levantamento, percebemos que pensar de modo interseccional representou uma maneira de romper com a lógica categorial dicotômica e hierárquica que

caracteriza o pensamento colonial-capitalista, revelando as “ausências” em vez das “presenças” dessas mulheres (Lugones, 2014).

As ausências observadas por Xavier e Carvalho (2025) e Atães e Carneiro (2025) são reflexos da estrutura do conhecimento ocidental que, tradicionalmente, tem sido controlada por homens brancos da elite. Nesse contexto, interseccionar as diferentes categorias permitiu evidenciar a exclusão intelectual das mulheres racializadas devido à predominância masculina branca nos espaços acadêmicos (Collins, 2019).

A interseccionalidade como metodologia pedagógica é exemplificada por Alverne, Brito e Maldonado (2024), Silva (2025b) e Queiroz, Leite e Nascimento (2025), mostrando que professoras podem utilizá-la para planejar aulas, selecionar materiais e promover a desaprendizagem de opressões. Como lente para formação docente, ela aparece nos estudos sobre formação inicial (Buss; Müller, 2024) e formação continuada (Fey; Romanelli, 2025), indicando a necessidade de incluir a perspectiva interseccional nos currículos de licenciatura. Afinal, a interseccionalidade como princípio de justiça social orienta políticas afirmativas (cotas para docentes negras, bolsas para mães solo, políticas de permanência para mulheres indígenas) e a crítica ao currículo eurocêntrico e monocultural.

O exercício de operacionalização da interseccionalidade empreendido de diferentes formas pelas pesquisas demonstram como as inseparabilidades estruturais entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado determinam as experiências das mulheres racializadas, sobretudo negras, dentro e fora dos ambientes educacionais (Akotirene, 2019). Esse é um movimento potente nos campos científico e educacional, pois nos possibilita “compreender as violações de direitos e refletir sobre a necessidade da visibilidade e valorização da multiplicidade de epistemologias e saberes, considerados periféricos e dissonantes” (Barbosa; Pires, 2021, p. 262) e, mais ainda, questionar: “conhecimentos para quê? Como produzimos conhecimentos? Essa produção é feita de acordo com que projeto político? Em que quadros institucionais e políticos os estamos produzindo?” (Curiel, 2020, p. 135).

Muitas das pesquisas aqui analisadas também ressaltaram como diferentes formas de violência atravessam as experiências educacionais das mulheres. Através da perspectiva interseccional, os estudos reafirmam que há uma articulação entre gênero, raça, classe, sexualidade e/ou deficiência para produzir um sistema interligado de dominação e opressão que viabiliza a superioridade masculina branca (hooks, 2019). Em Alverne, Brito e Maldonado (2024), Buss e Müller (2024), Silva (2025a), Queiroz, Leite e Nascimento (2025), Souza e Pacheco (2025) e Xavier e Carvalho (2025), por exemplo, podemos olhar mais especificamente para os efeitos sentidos pelas mulheres negras, as quais, devido ao “caráter duplo de sua condição biológica”, ou seja, raça e sexo, compõem um contingente de mulheres que são “mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020, p. 132). Esse cenário também se aplica às mulheres indígenas (Gonzalez, 2020), compondo um conjunto de violências específicas que, como observamos, é abordado na investigação de Da Silva Rufino (2024).

Apesar dos avanços, algumas pesquisas sinalizam que persistem desafios. Primeiro, a falta de dados oficiais com recorte interseccional, especialmente sobre raça, é apontada por Atães e Carneiro (2025) e Xavier e Carvalho (2025) como um limite grave para análises quantitativas. Segundo, alguns estudos ainda tratam a interseccionalidade de forma superficial, mencionando-a apenas na introdução ou nas considerações finais sem haver uma operacionalização consistente. Terceiro, a maioria dos estudos foca na dupla articulação gênero-raça, deixando de lado outras categorias, como deficiência (exceto Santos, 2025; Alves *et al.*, 2024), sexualidade (exceto Souza; Pacheco, 2025; Silva, 2025) ou idade/geração. É fundamental, diante disso, ressaltarmos que não podemos resumir a interseccionalidade às categorias analíticas. Trata-se, como discute Curiel

(2020), de um conjunto de realidades vividas que só pode ser compreendido com profundidade se o considerarmos como resultado das condições produzidas pela colonialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 20 artigos analisados demonstram que a interseccionalidade tem sido mobilizada de maneira cada vez mais diversificada e sofisticada nas pesquisas sobre mulheres docentes no Brasil. As principais formas de mobilização incluem: análise de perfis docentes para evidenciar desigualdades estruturais; compreensão de experiências de discriminação e resistência na formação e na prática; orientação de práticas pedagógicas e de formação docente; fundamentação de políticas afirmativas e de justiça curricular. Ainda há desafios, como a necessidade de incorporar mais sistematicamente categorias como deficiência, sexualidade e geração, e a urgência de melhorar a coleta de dados raciais. No entanto, o conjunto da obra indica que a interseccionalidade se consolidou como um paradigma fecundo e necessário para a pesquisa em educação e formação docente. Além de evidenciar a consolidação da interseccionalidade nas pesquisas sobre mulheres docentes, esta revisão integrativa contribui para o campo da Educação ao organizar um panorama atualizado da produção científica, evidenciar lacunas ainda pouco exploradas e indicar caminhos para o desenvolvimento de pesquisas, políticas e práticas formativas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALBUQUERQUE, Clara Fernandes. Leonor de Castro: a primeira professora do Conservatório de Música do Rio de Janeiro. *Revista Vórtex*, v. 13, p. e9963, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rv/a/5xHRSX5qHDfM9jKyjKG8LXh/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.
- ALMEIDA, Ester Aparecida Ely; FRANZOLIN, Fernanda; MAIA, Roberta Assis. Intencionalidade das Ações Pedagógicas à Desconstrução de Estereótipos de Gênero nas Aulas de Ciências Naturais. *Ciência & Educação*, v. 26, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vZqygh7FHfxCsFp9DD6nqzf/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.
- ALVES, Cláudio Eduardo Resende; GONÇALVES, Rebeca Cristina Nunes Llyod; FREITAS, Luciana Aparecida Guimarães. Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas. *Educar em Revista*, v. 40, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xqdHyYXz8qg74ZhGtGzypZz/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.
- ALVERNE, André Luis Nascimento Mont; BRITO, Leandro Teófilo; MALDONADO, Daniel Teixeira. Interseccionalidade e Educação Física Escolar: a subjetivação da inter-relação dos marcadores sociais das diferenças no componente curricular. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 46, p. e20240042, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/PxNyqyDRjRJfVPLhcymf48Q/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.
- ATÃES, Daniela; CARNEIRO, Ana Maria. Gênero, raça e profissão acadêmica: desigualdades em instituições de ensino superior brasileiras. *Cadernos Pagu*, n. 74, p. e257412, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/NgB56y98MyvxHGpmWdWCvHQ/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

BARBOSA, Claudia de Faria; PIRES, Edmeire Oliveira. Feminismos negros e decolonialidade. *ODEERE*, v. 6, n. 1, p. 257-286, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/odeere/article/view/8468>. Acesso em: 8 ago. 2026.

BUSS, Maribel Jorge; MÜLLER, Maykon Gonçalves. Intersecções entre gênero e raça na pesquisa em ensino de física: análise dos percursos formativos de estudantes negras de um curso de Licenciatura em Física. *Revista de enseñanza de la Física*, v. 36, n. 1, p. 25-36, 2024. Disponível em: <http://ref.scielo.org/ctjr2z>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CAIXETA, Vera Lúcia; ARRUDA, Daniel Leda de. Imagens de mulheres indígenas no livro didático: uma abordagem decolonial. *Revista Escritas*, Araguaína, v. 15, n. 1, p. 187-209, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/15510>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CAVALCANTE, Fernando Resende; TELES, Bethânia Marques; LAZZAROTTI FILHO, Ari; MACEDO, Christiane Garcia. Entre desigualdades estruturais e equilíbrios numéricos: a participação das mulheres na produção científica sobre o lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 47, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/px8Vx3RHZmJkrKkrhCPvPGp/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CINTRA, Éllen Daiane; WELLER, Wivian. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. *Educar em Revista*, v. 37, p. e76051, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602021000100163&script=sci_arttext. Acesso em: 8 ago. 2026.

COLLINS, Patricia H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORSINO, Luciano Nascimento; BARRETO, Samara Moura; VENÂNCIO, Luciana; SANCHES NETO, Luiz; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 46, p. e20240046, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/QTtnx4D3Y77Lftp6KvVpvfn/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

COSTA, Kewin Leonardo Santana. *O/A negro/a nos livros didáticos de Ciências da Natureza: (re)enxergando as representações negras pelas lentes da decolonialidade*. 183 f. Dissertação, Mestrado em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

COSTA, Kewin Leonardo Santana; CARDOSO, Livia de R. Ciência e Colonialidade: entrelaçamentos (re)produzidos por livros didáticos do PNLD 2021. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 18, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://periodicoelectronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/26614>. Acesso em: 8 ago. 2026.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DA SILVA, Roseane Amorim; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018. Disponível: http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3102. Acesso em: 8 ago. 2026.

DOS SANTOS RUFINO, Ângela Maria. Educação e emancipação: a transformação das mulheres indígenas diante das hierarquias coloniais. *Patrimônio e Memória*, v. 20, n. 2, p. 1, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10159960>. Acesso em: 8 ago. 2026.

FEY, Andréia S.; ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. As mulheres na História da Música, em livros didáticos e na formação de docentes. *Revista Vórtex*, v. 13, p. e9914, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rv/a/nSrrP49JZvbwPQGYJq999xF/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e serviços de saúde*, v. 24, p. 335-342, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00335.pdf. Acesso em: 11 ago. 2026.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 58-91.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznzb/?lang=pt>

MIGNOLO, Walter; CARBALLO, Francisco; HERRERA ROBLES, Luis Alfonso; LIBERALI, Fernanda; TALLEI, Jorgelina. Pensamento decolonial: entre fronteiras e possibilidades. In: LIBERALI, Fernanda; MEGALE, Antonieta; TALLEI, Jorgelina; CARRIJO, Viviane Letícia Silva (org.). *Diálogos insurgentes: perspectivas decoloniais em transformação*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 89-110.

MELO, Lécia Nájl dos Santos; SOUZA, Edmacy Quirina de. Desvelando as relações raciais nas práticas pedagógicas: uma leitura decolonial do cotidiano escolar. *Educação & Formação* (Fortaleza), v. 10, p. e14203, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edufor/a/MTTQ9k9PcD3wCSSvgv3x7xq/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

QUEIROZ, Giovanni Sampaio; LEITE, Jäder Ferreira; NASCIMENTO, Maria Valquíria Nogueira do. Interseccionalidade e produção da saúde mental das mulheres quilombolas do Grilo, Paraíba. *Psicologia & Sociedade*, v. 37, p. e301108, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/t7BnBkrC36cSD6RrbRRD5VP/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SANTOS, Fabrício de Paula. Deficiência e Interseccionalidade: (Re) pensando a Educação Física e os professores com deficiência. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 47, p. e20240048, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/PhMPJhzKz97MD35MdSmg6bC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SILVA, Daniel do Nascimento. Faveladoc: Uma infraestrutura sociotécnica de desaprendizagem e projeção da esperança. *Educação & Sociedade*, v. 46, p. e295319, 2025a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3hdkFYgbz3D3v9ZRMDMxKj/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SILVA, Mariana de A. A. Ensinar e Aprender com o Barro: Relatos de uma Educadora em Travessia. *RLEC/LJCS*, Braga, v. 12, n. 2, e025015, jul. 2025b. Disponível em: <https://www.sidalc.net/search/Record/oai:scielo:S2184-04582025000202004/Description>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018. Disponível em: http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3102. Acesso em: 8 ago. 2026.

SOUZA, Juliana dos Santos Lino; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Escrevivências e interculturalidade na educação básica: práticas pedagógicas interseccionais. *Educação & Sociedade*, v. 46, p. e297956, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HYZxFcS6qbQTNCKht8MCHZn/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SOUZA, Luzia Aparecida de; SILVA, Heloisa da. Difrutando vivências na África do Sul por meio de uma perspectiva pós-humanista crítica a fim de um movimento investigativo decolonial. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 39, p. e240257, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/BGpXjNGNwBL4xdjr6zDLxF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

SOUZA, Marcela. Tavares; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Revista Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVjZqcWrTt34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2026.

XAVIER, Maria Kamylla; CARVALHO, Maria Eulina P. Análise do perfil do professorado de Física do ensino médio no Brasil à luz da interseccionalidade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 106, 2025. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2176-66812025000100214&script=sci_arttext. Acesso em: 8 ago. 2026.

ZILLAH, Eisentein. An Alert: Capital Is Intersectional; Radicalizing Piketty's Inequality. *The Feminist Wire*, 26 maio 2014. Disponível em: <https://thefeministwire.com/2014/05/alert-capital-intersectional-radicalizing-piketys-inequality>. Acesso em: 8 ago. 2026.

Submetido em junho de 2026
Aprovado em julho de 2026

Informações das autoras

Lívia de Rezende Cardoso
Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe
E-mail: liviacardoso@academico.ufs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4091-9110>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5166475664599694>

André Luiz França Alves
Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal de Sergipe
E-mail: andrelfalves@outlook.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2491-7633>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2179093861598345>

Kewin Leonardo Santana Costa
Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe
E-mail: kewinleonardo2000@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0683-2633>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6223693231461699>